



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento
Departamento de Avaliação de Políticas Públicas
Coordenação-Geral de Articulação do Gasto Direto

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2022 DO COMITÊ DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE GASTOS DIRETOS - CMAG

Reunião virtual, via Microsoft Teams, realizada dia 20 de junho de 2022, às 14:30

I - Pauta

1. Avaliação da Manutenção de Rodovias

- 1.1 Apresentação (30 minutos)
- 1.2 Debate (15 minutos)
- 1.3 Deliberação sobre as recomendações da avaliação (10 minutos)

2. Avaliação do Programa Pro-Residência Médica

- 2.1 Apresentação (30 minutos)
- 2.2 Debate (15 minutos)
- 2.3 Deliberação sobre as recomendações da avaliação (10 minutos)

3. Informes Gerais - DEAP (10 minutos)

II - Reunião

1 Avaliação da Manutenção de Rodovias

A avaliação da Manutenção de Rodovias, referente ao ciclo 2021 do CMAP, foi coordenada e executada pela SOF e pelo IPEA.

O Coordenador da avaliação apresentou os resultados e as recomendações da avaliação para deliberação dos membros do Comitê.

Recomendação Prioritária nº 1 ao Ministério da Infraestrutura

Aprofundamento do processo de concessão de rodovias, levando-se em conta estruturas contratuais e soluções que possam ampliar a extensão da malha passível de concessão.

Debate: Não houve debate sobre esta Recomendação.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes.

Recomendação Prioritária nº 2 ao Ministério da Economia

Adotar regramento que aprimore as possibilidades de utilização das PPPs.

Debate: Não houve debate sobre esta Recomendação.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes.

Recomendação Prioritária nº 3 ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Proceder a revisão dos critérios de acesso das suas bases dados, ampliando sua disponibilização em formato aberto ou compartilhado com os demais órgãos públicos.

Debate: Não houve debate sobre esta Recomendação.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes.

Recomendação Prioritária nº 4 ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Aprimorar os critérios de priorização da malha, solucionando lacunas nas mensurações de seus indicadores e índices.

Debate: Não houve debate sobre esta Recomendação.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes.

Recomendação Prioritária nº 5 ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Continuar o processo de incorporação dos critérios de mensuração e remuneração por desempenho nas contratações de Conservação via PATO.

Debate: Foi sugerido reclassificar a recomendação como complementar.

Deliberação: A recomendação passou a ser complementar por unanimidade dos membros presentes.

Recomendação Complementar nº 1 ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, com apoio do MInfra

Buscar viabilizar o retorno da implementação de contratos mais robustos e longos à carteira de intervenções do DNIT, especialmente os de CREMA.

Debate: Não houve debate sobre esta Recomendação.

Deliberação: A proposta foi mantida por unanimidade dos membros presentes.

Recomendação Complementar nº 2 ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Simular cenários realistas para demonstrar as consequências das limitações orçamentárias.

Debate: Foi sugerido reclassificar a recomendação como prioritária. Foi sugerido ajuste do texto da recomendação para maior objetividade.

<p>Proposta alternativa (aprovada): Simular cenários realistas, com base em evidências, para demonstrar as consequências das limitações orçamentárias.</p>
--

Deliberação: A recomendação passou a ser prioritária e foi aprovada por unanimidade dos membros presentes.

Recomendação Complementar nº 3 ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Utilizar métodos de dimensionamento da condição da malha complementares para ajustes na previsão de desgaste

Debate: Não houve debate sobre esta Recomendação.

Deliberação: A proposta foi mantida por unanimidade dos membros presentes.

Recomendação Complementar nº 4 ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Simular cenários mais realistas das condições esperadas da malha, dadas as limitações orçamentárias.

Debate: Não houve debate sobre esta Recomendação.

Deliberação: A proposta foi mantida por unanimidade dos membros presentes.

2 Avaliação do Programa Pro-Residência Médica

A avaliação do Programa Pro-Residência Médica, referente ao ciclo 2021 do CMAP, foi coordenada pelo IPEA e executada por IPEA, CGU, SOF, Insper e contou ainda com a participação da Enap e da FGV-Clear na execução de parte da avaliação de desenho. O Coordenador da avaliação apresentou os resultados e as recomendações da avaliação para deliberação dos membros do Comitê.

Recomendação Prioritária nº 1 ao Ministério da Saúde, com apoio do MEC

Elaborar conjuntamente e publicar norma que especifique as competências e as responsabilidades dos atores envolvidos nos processos e atividades do Programa Pró-Residência médica.

Debate: Não houve debate sobre esta Recomendação.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes.

Recomendação Prioritária nº 2 ao Ministério da Saúde, com apoio do MEC

Estabelecer conjuntamente metas de entrega de produtos por região e especialidades prioritárias que reflitam os resultados esperados do Programa Pró-Residência Médica.

Debate: Não houve debate sobre esta Recomendação.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes.

Recomendação Prioritária nº 3 ao Ministério da Saúde, com apoio do MEC

Promover revisão e ampliação dos indicadores de monitoramento e de avaliação da efetividade do Pró-Residência.

Debate: Não houve debate sobre esta Recomendação.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes.

Recomendação Complementar nº 1 ao Ministério da Saúde, com apoio do MEC

Realizar o mapeamento e a divulgação dos principais processos decisórios do Programa Pró-Residência.

Debate: Não houve debate sobre esta Recomendação.

Deliberação: A proposta foi mantida por unanimidade dos membros presentes.

Recomendação Complementar nº 2 ao Ministério da Saúde

Estabelecer mecanismo de acompanhamento periódico dos egressos do Programa Pró-Residência, com o fito de acompanhar se os destinos laborais e áreas de atuação dos profissionais estão em consonância com os benefícios esperados pelo Pró-Residência.

Debate: Não houve debate sobre esta Recomendação.

Deliberação: A proposta foi mantida por unanimidade dos membros presentes.

Recomendação Complementar nº 3 ao Ministério da Saúde, com apoio do MEC

Realizar e publicar diagnóstico dos fatores externos ao Programa que influenciam a ocupação das vagas disponíveis, a fim de elevar a efetividade do mesmo.

Proposta alternativa (mantida): Realizar e publicar diagnóstico dos fatores externos ao Programa que influenciam a ocupação das vagas disponíveis, a fim de elevar a **sua** efetividade.

Debate: Representante da STN propôs ajuste de redação, de forma a corrigir erro gramatical.

Deliberação: A proposta alternativa foi mantida por unanimidade dos membros presentes.

O Coordenador-Substituto do CMAG, Sérgio Calderini, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Sérgio Calderini
Coordenador-substituto do CMAG

David Rebelo Athayde
Secretaria do Tesouro Nacional

Fernando Sertã Meressi
Secretaria do Orçamento Federal

Emílio Carlo Teixeira de França
Secretaria de Política Econômica

Cristiano Paulo Soares Pinto
Secretaria Especial de Relações Governamentais da Casa Civil

José Gustavo Lopes Roriz
Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União

Marlos Moreira dos Santos
Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Ricardo Calderini Rosa, Diretor(a)**, em 08/08/2022, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Sertã Meressi, Subsecretário(a)**, em 08/08/2022, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Paulo Soares Pinto, Conselheiro(a) Suplente**, em 09/08/2022, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **David Rebelo Athayde, Subsecretário(a) de Planejamento Estratégico da Política Fiscal**, em 22/08/2022, às 08:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emílio Carlo Teixeira de França, Subsecretário(a) de Direito Econômico**, em 22/08/2022, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Gustavo Lopes Roriz, Usuário Externo**, em 29/09/2022, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlos Moreira dos Santos, Usuário Externo**, em 10/10/2022, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **26821889** e o código CRC **35734D22**.